



Safr

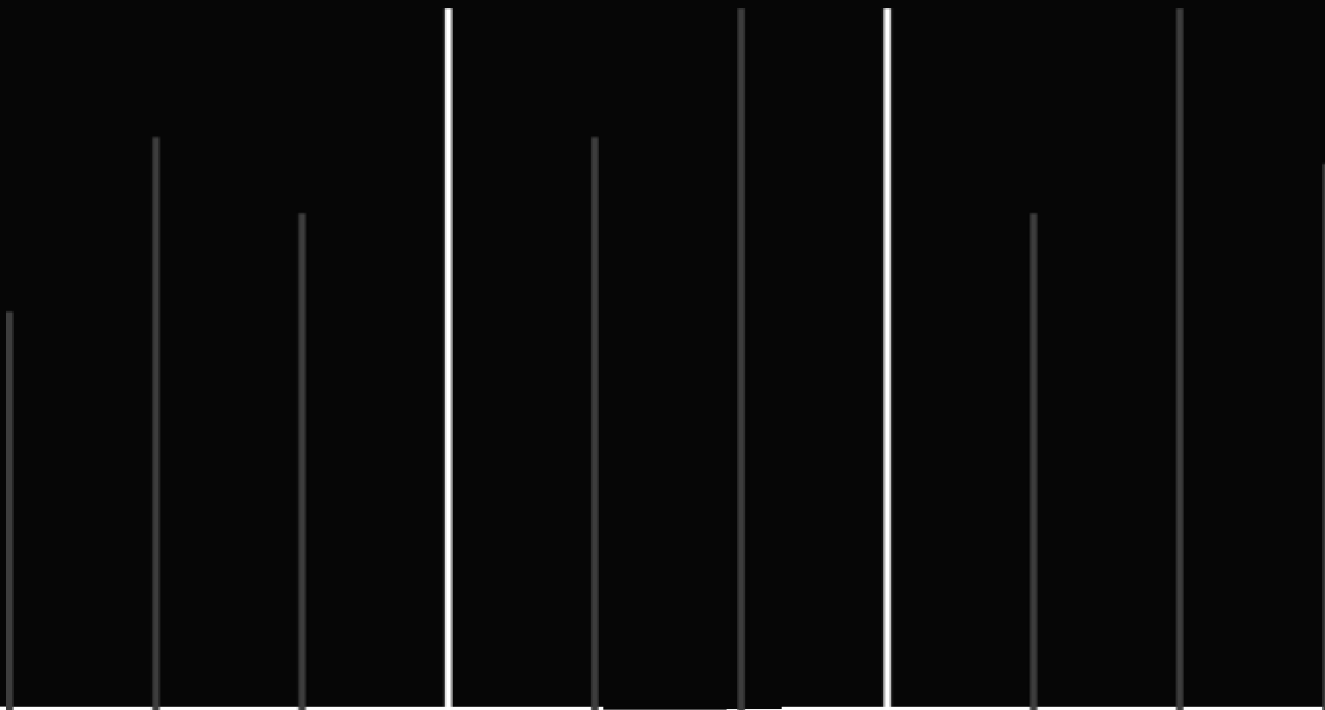
**Demonstrações Contábeis
referentes ao período findo em
31 de Dezembro de 2020**

**Safr Leasing S.A. –
Arrendamento Mercantil
CNPJ 62.063.177/0001-94**

Avenida Paulista, 2.100 - Bela Vista, São Paulo, SP

José Manuel da Costa Gomes
Contador - CRC nº 1SP219892/O-0

Relatório do Auditor Independente
Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes



ÍNDICE

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DA SAFRA LEASING S.A. ARRENDAMENTO MERCANTIL

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO.....	2
BALANÇO PATRIMONIAL.....	3
DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO E DO RESULTADO ABRANGENTE.....	4
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	5
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA.....	6

NOTAS EXPLICATIVAS

1. CONTEXTO OPERACIONAL	7
2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	7
3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS	8
4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	12
5. ATIVOS FINANCEIROS.....	12
7. PASSIVOS FINANCEIROS.....	14
8. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO	15
9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES	16
10. TRIBUTOS.....	16
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	18
12. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	18
13. OUTRAS INFORMAÇÕES	19

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS.....	20
---	----

Relatório da Administração

Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil (Safra Leasing) relativas ao período findo em 31 de dezembro de 2020, bem como o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis.

Conjuntura Econômica

A economia brasileira mostrou dinâmica bem distinta ao longo do ano de 2020, dado o impacto da pandemia. Na medida que a economia voltou a ser reaberta, com a flexibilização das medidas de restrição a movimentação, o PIB começou a mostrar sinais de crescimento, impulsionado principalmente pelo aumento do consumo.

Desempenho

Os ativos da Safra Leasing totalizaram R\$ 1,3 bilhão em 31 de dezembro de 2020, representados basicamente por títulos e valores mobiliários e operações de arrendamento mercantil. A carteira de arrendamento mercantil a valor presente atingiu R\$ 970 milhões em 31 de dezembro de 2020.

O funding das operações era composto basicamente por recursos de aceites e emissões de títulos no montante de R\$ 618 milhões em 31 de dezembro de 2020.

O Patrimônio Líquido da Safra Leasing atingiu R\$ 478 milhões em 31 de dezembro de 2020.

Agradecimentos

A administração agradece seus clientes pela confiança, preferência e fidelidade e, aos colaboradores, pelo empenho e dedicação que permitem obter os resultados alcançados.

Aprovado pela Diretoria.

São Paulo, 28 de janeiro de 2021.

BALANÇO PATRIMONIAL PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 2(a)**EM MILHARES DE REAIS**

ATIVO	Notas	31.12.2020	31.12.2019	PASSIVO	Notas	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades	3(a) e 4	8.511	8.820	Passivos financeiros	7	621.029	5.181.763
Ativos financeiros	3(b) e 5(a)	157.681	4.795.142	Recursos captados - Recursos de aceites e emissões de títulos		617.539	5.170.400
Títulos e valores mobiliários		157.681	4.795.042	Obrigações por repasses no país - Finame		3.490	11.363
Instrumentos financeiros derivativos		-	100	Instrumentos financeiros derivativos	3(b) e 5(a)	-	1.870
Operações de arrendamento mercantil		966.070	1.007.891				
Operações de arrendamento mercantil	6(a)	969.521	1.021.924				
(Provisão para risco de crédito)	6(c)	(3.451)	(14.033)				
Ativos fiscais e contingentes	3(f), 3(h) e 8(a)	212.464	52.602	Passivos fiscais e contingências	3(f), 3(h), e 8(a)	247.414	207.380
Outros ativos		3.239	1.416	Outros passivos		1.461	3.156
Investimentos	3(d)	9	8	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	11	478.070	471.710
TOTAL DO ATIVO		1.347.974	5.865.879	TOTAL DO PASSIVO		1.347.974	5.865.879

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 2(a)
EM MILHARES DE REAIS

	Notas	2020		2019
		2º Semestre	Acumulado	Acumulado
RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		45.293	136.988	1.112.074
Resultado com ativos financeiros	5(b)	3.156	47.939	1.004.034
Resultado com operações de arrendamento mercantil		41.487	88.232	107.247
Outras receitas financeiras		650	817	793
DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(19.636)	(84.978)	(1.021.113)
Operações com passivos financeiros	7	(17.861)	(78.804)	(1.019.011)
Outras despesas financeiras	9(b)	(1.775)	(6.174)	(2.102)
RESULTADO LÍQUIDO COM INSTRUMENTOS FINANCEIROS		-	-	(938)
RESULTADO BRUTO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA				
ANTES DOS RESULTADOS COM RISCO DE CRÉDITO		25.657	52.010	90.023
RESULTADO COM RISCO DE CRÉDITO		4.248	11.831	7.383
Receitas (Despesas) de provisão para risco de crédito	6(c)	3.601	10.320	(1.641)
Receita de recuperação de créditos baixados como prejuízo	6(d)	647	1.511	9.024
RESULTADO LÍQUIDO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		29.905	63.841	97.406
OUTROS RESULTADOS DAS OPERAÇÕES		(17)	(6)	(161)
DESPESAS TRIBUTÁRIAS DAS OPERAÇÕES	10(a-II)	(3.893)	(8.184)	(10.235)
RESULTADO LÍQUIDO DAS OPERAÇÕES		25.995	55.651	87.010
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS		(81.532)	(54.243)	(44.622)
Despesas de pessoal	8(b)	(1.374)	(2.283)	(3.283)
Despesas administrativas	8(c)	(854)	(3.291)	(2.769)
Outras receitas/(despesas) operacionais	9(b)	(79.304)	(48.669)	(38.570)
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO		(55.537)	1.408	42.388
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3(h) e 10(a-I)	21.827	4.958	(10.548)
Imposto corrente		(1.014)	(18.448)	(41.171)
Imposto diferido		22.841	23.406	30.623
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO		(33.710)	6.366	31.840
Lucro básico e diluído por ação - Quantidade de ações 143.790.014 (143.790.014 em 31.12.2019)		(0,24)	0,04	0,22

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO
EM MILHARES DE REAIS

	2020		2019
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
LUCRO/(PREJUÍZO) LÍQUIDO	(33.710)	6.366	31.840
Outros Resultados Abrangentes	-	-	-
RESULTADO ABRANGENTE	(33.710)	6.366	31.840
Resultado abrangente básico e diluído por ação - Quantidade de ações 143.790.014 (143.790.014 em 31.12.2019)	(0,24)	0,04	0,22

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS PERÍODOS FINDOS - NOTA 11
EM MILHARES DE REAIS

	Capital social realizado	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 1º DE JANEIRO DE 2019	384.205	109.697	-	493.902
Lucro líquido no período	-	-	31.840	31.840
Destinações:				
Reserva especial	-	9.037	(9.037)	-
Juros sobre o capital próprio	-	-	(22.803)	(22.803)
Dividendos	-	(31.229)	-	(31.229)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019	384.205	87.505	-	471.710
Lucro líquido no período	-	-	6.366	6.366
Destinações:				
Reserva especial	-	6.360	(6.360)	-
Dividendos	-	-	(6)	(6)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	384.205	93.865	-	478.070
SALDOS EM 1º DE JULHO DE 2020	384.205	127.541	-	511.746
Prejuízo líquido no período	-	-	(33.710)	(33.710)
Destinações:				
Reserva especial - Absorção de prejuízo	-	(33.716)	33.716	-
Dividendos	-	40	(6)	34
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	384.205	93.865	-	478.070

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA REFERENTES AOS PERÍODOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO - NOTA 3(a)
EM MILHARES DE REAIS

		2020		2019
	NOTAS	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO		13.273	11.210	24.528
Lucro/(prejuízo) líquido dos períodos		(33.710)	6.366	31.840
Ajustes ao lucro líquido:				
Depreciações		-	-	12
Provisão para risco de crédito		6(c)	(10.582)	(2.849)
Provisões para contingências		9(b)	51.228	37.230
Ajustes ao valor justo de instrumentos financeiros - Não realizado		-	-	1.962
Provisão para impostos sobre o lucro corrente e diferido		10(a-I)	(4.958)	10.548
Impostos pagos		(8.434)	(30.844)	(54.215)
Corrente		(8.438)	(30.372)	(43.846)
Contingências fiscais, previdenciárias e obrigações legais		9(b)	(472)	(10.369)
VARIAÇÕES DOS ATIVOS E PASSIVOS DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(990.814)	(4.648.880)	(2.018.635)
APLICAÇÕES LÍQUIDAS		(44.730)	50.633	16.068.959
Em aplicações interfinanceiras de liquidez		-	-	16.007.542
Em Ativos financeiros		-	(1.770)	269.897
Títulos e valores mobiliários		-	-	277.652
Instrumentos financeiros derivativos (ativos/passivos)		-	(1.770)	(7.755)
Em operações de arrendamento mercantil		(44.730)	52.403	(208.480)
CAPTAÇÕES LÍQUIDAS		(803.831)	(4.560.734)	(18.084.105)
Em passivos financeiros líquidos		(803.831)	(4.560.734)	(18.084.105)
Recursos captados		(800.994)	(4.552.861)	(18.073.502)
Obrigações por empréstimos e repasses		(2.837)	(7.873)	(10.603)
OUTROS ATIVOS E PASSIVOS LÍQUIDOS		8(a)	(138.779)	(3.489)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		(977.541)	(4.637.670)	(1.994.107)
RECURSOS PRÓPRIOS - Dividendos e juros sobre capital próprio pagos		-	-	(54.032)
CAIXA LÍQUIDO GERADO (APLICADO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		-	-	(54.032)
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(977.541)	(4.637.670)	(2.048.139)
Caixa e equivalentes de caixa no início dos períodos		1.143.733	4.803.862	6.852.001
Caixa e equivalentes de caixa no final dos períodos		4	166.192	4.803.862
AUMENTO/(REDUÇÃO) EM CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA		(977.541)	(4.637.670)	(2.048.139)

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

**NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020
(EM MILHARES DE REAIS OU CONFORME INDICADO)**
1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia e/ou Safra Leasing") é uma sociedade anônima, que tem como objeto social a prática de operações de arrendamento mercantil.

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS
a) Base de preparação

As demonstrações contábeis da Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, aprovadas pela Diretoria em 28.01.2021, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, de acordo com as disposições da Lei nº 6.404/1976 (Lei das SA) e respectivas alterações trazidas pelas Leis nº 11.638/2007 e nº 11.941/2009, associadas às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN), no que forem aplicáveis.

Declaramos que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A Safra Leasing adota uma série de critérios de apresentação de suas transações em suas demonstrações contábeis, visando sempre a melhor representação da essência econômica de suas operações. Dentre eles, as entidades de arrendamento mercantil devem apresentar suas operações pelo método financeiro, em conformidade com os critérios gerais de elaboração e divulgação de demonstrações contábeis estabelecidos na Resolução CMN nº 4.818/2020, e normativas complementares, em vigor a partir de 01.01.2020. Destacamos:

I – A apresentação no Balanço Patrimonial

- valor presente dos montantes totais a receber previstos em contrato, calculado utilizando taxa equivalente aos encargos financeiros previstos no contrato ou, se não previsto, pela taxa que equaliza o valor do bem arrendado ao valor presente de todos os recebimentos e pagamentos, incluindo valor o valor residual garantido.

II – A apresentação na Demonstração do Resultado

- resultado bruto da intermediação financeira – operações de arrendamento mercantil – Referida Circular altera somente a forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, sem modificar a forma de contabilização dessas operações ou os montantes totais do patrimônio líquido e resultado da entidade; e
- das receitas das operações líquidas dos seus custos diretos. Tais custos são representados substancialmente por recuperação, origemação e manutenção das operações;

III – Neste período, passamos a adotar também os seguintes critérios de apresentação no Balanço Patrimonial e/ou na Demonstração do Resultado:

- Adoção do novo formato de apresentação estabelecido no Artigo 23 da Resolução BCB nº 2/2020, onde destacamos que a Safra Leasing optou pela apresentação das contas do Balanço Patrimonial por ordem decrescente de liquidez e exigibilidade, sem abertura entre circulante e não circulante. Nas notas explicativas apresentamos, para as carteiras significativas, os montantes esperados a serem realizados em até 12 meses e em prazo superior; e
- Apresentação da Demonstração do Resultado Abrangente, em sequência à Demonstração do Resultado.

Para fins de comparabilidade, os saldos e resultados decorrentes dos critérios adotados neste período foram reclassificados nas demonstrações comparativas dos períodos anteriores. A reclassificação dos valores contábeis dos ativos, passivos e resultado por conta do novo formato de apresentação afetaram os totais de ativos e passivos relativo especificamente ao Valor Residual Garantido – VRG no montante de R\$ (449.505) em 31.12.2019 – Nota 6(a), e não afetaram o Patrimônio Líquido no Balanço Patrimonial, e Lucro líquido na Demonstração do Resultado e as Atividades Operacionais, na Demonstração do Fluxo de Caixa. Na tabela a seguir estão demonstrados os efeitos das reclassificações:

	31.12.2019		
	Divulgado	VRG	Ajustado
Operações de arrendamento mercantil	7.837	1.014.087	1.021.924
Imobilizado de arrendamento	1.463.592	(1.463.592)	-
TOTAL DO ATIVO	6.315.384	(449.505)	5.865.879
Valor residual garantido – VRG	449.505	(449.505)	-
TOTAL DO PASSIVO	6.315.384	(449.505)	5.865.879

Apresentamos abaixo os efeitos líquidos de impostos dos eventos não recorrentes da Safra Leasing, conforme disposto no artigo 34, da Resolução BCB nº 2/2020.

	2020		2019
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Lucro/(Prejuízo) líquido no período	(33.710)	6.366	31.840
(-) Resultado não recorrente - Provisões para contingências – Nota 9(b)	(48.362)	(48.362)	-
Resultado recorrente	14.652	54.728	31.840

b) Adoção de novos normativos

Adicionalmente, seguem destacadas abaixo normas do BACEN emitidas no período com vigência a partir de 01.01.2021:

- I. Resolução CMN nº 4.747: Essa norma estabelece critérios para reconhecimento e mensuração de ativos não financeiros mantidos para venda. A norma prevê novas aberturas contábeis como, por exemplo, o ativo não financeiro mantido para venda, que passa a ser contabilizado no circulante ou no realizável a longo prazo, conforme prazo esperado para venda, pelo menor valor entre: (a) o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda, no caso de bens próprios; ou (b) o valor justo e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro, no caso de ativos recebidos em liquidação de dívida (bens recebidos). A Safra Leasing não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma, e está em fase final de implantação dos ajustes necessários visando cumprir a data de entrada em vigor da referida Resolução.
- II. Resolução CMN nº 4.747: Essa norma estabelece critérios para reconhecimento e mensuração contábeis de ativos não financeiros mantidos para venda. Uma das principais alterações da norma será o reconhecimento do ativo não financeiro mantido para venda no circulante ou realizável a longo prazo, conforme prazo esperado para venda, pelo menor valor entre: (a) o valor contábil e o valor justo deduzidos das despesas de venda; ou (b) o valor justo e o valor contábil bruto do respectivo instrumento financeiro, no caso de ativos recebidos em liquidação de dívida de risco de crédito; e

Seguem normas emitidas pelo BACEN que entrarão em vigor a partir de 01.01.2022:

- III. Resolução CMN nº 4.872: A norma estabelece critérios para registro contábil no patrimônio líquido. A norma prevê novas aberturas no patrimônio líquido como, por exemplo, ações em tesouraria e outros resultados abrangentes. Os efeitos da adoção devem ser realizados prospectivamente e realizados em lucros ou prejuízos acumulados. A Safra Leasing não espera efeitos em sua posição patrimonial e de resultado por conta da nova norma.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis individuais são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a empresa atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e a moeda de apresentação da Safra Leasing.

3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

a) Fluxos de Caixa

- I- Caixa e equivalentes de caixa: são representados por dinheiro em caixa e depósitos em instituições financeiras, incluídos na rubrica de disponibilidades e aplicações em cotas de fundo de investimento exclusivo, com prazo total de aplicação de até 90 dias, sendo o risco de mudança no valor justo destes considerado imaterial. Os equivalentes de caixa são aqueles recursos mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.
- II- Demonstração dos fluxos de caixa: é elaborada com base nos critérios estabelecidos pelo Pronunciamento Técnico CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/2020, que prevê a apresentação dos fluxos de caixa gerados pela entidade como aqueles decorrentes de atividades operacionais, de investimento e de financiamento, sendo que:
 - Atividades operacionais são as principais atividades geradoras de receita da entidade e outras atividades que não são de investimento e tampouco de financiamento. Inclui as captações efetuadas para financiar operações de intermediação financeira e outras atividades operacionais típicas de instituições financeiras;
 - Atividades de investimento são as referentes à aquisição e à venda de ativos de longo prazo e de outros investimentos não incluídos nos equivalentes de caixa; e
 - Atividades de financiamento são aquelas que resultam em mudanças no tamanho e na composição do capital próprio e no capital de terceiros da entidade.

Os fluxos de caixa das atividades operacionais são apresentados pelo método indireto. Já os fluxos de caixa das atividades de investimento e de financiamento são apresentados com base nos pagamentos e recebimentos brutos. As operações de arrendamento mercantil são consideradas pelo método do valor presente financeiro.

b) Instrumentos financeiros

I - Classificação e mensuração

Os ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis, apresentados basicamente nas rubricas carteira de crédito e outros ativos financeiros do balanço patrimonial, além dos títulos e valores mobiliários classificados como mantidos até o vencimento, que são aqueles títulos e valores mobiliários para os quais o Banco tem a intenção e capacidade financeira de mantê-los em carteira até seu vencimento, são mensurados pelo seu custo amortizado.

Os títulos e valores mobiliários classificados na categoria negociação são aqueles adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, e são mensurados pelo seu valor justo em contrapartida ao resultado do período.

Os títulos e valores mobiliários classificados como disponíveis para venda são aqueles que podem ser negociados, porém não são adquiridos com o propósito de serem frequentemente negociados ou de serem mantidos até o seu vencimento, e são mensurados pelo valor justo em contrapartida aos outros resultados abrangentes.

Os declínios no valor justo dos títulos e valores mobiliários, abaixo dos seus respectivos custos atualizados, relacionados a razões consideradas não temporárias, serão refletidos no resultado como perdas realizadas.

A reavaliação quanto à classificação dos títulos e valores mobiliários é efetuada periodicamente de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Safra Leasing, levando em conta a intenção e a capacidade financeira, observados os procedimentos estabelecidos pela Circular BACEN nº 3.068/2001.

Os passivos financeiros são avaliados pelo seu custo amortizado e demonstrados pelos valores das exigibilidades. Consideram, quando aplicável, os encargos incorridos até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata temporis*.

Os custos de transação incorridos referem-se basicamente a valores pagos a terceiros pelo serviço de intermediação, colocação e distribuição de títulos de emissão própria. São contabilizados como redutores dos títulos e apropriados, *pro rata temporis*, para a adequada conta de despesa, exceto nos casos em que os títulos sejam mensurados a valor justo por meio do resultado.

II - Valor justo

A metodologia aplicada para mensuração do valor justo (valor provável de realização) dos ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos avaliados a valor justo é baseada no cenário econômico e nos modelos de precificação desenvolvidos pela Administração, que incluem a captura de preços médios praticados no mercado, aplicáveis para a data-base do balanço. Assim, quando da efetiva liquidação financeira destes itens, os resultados poderão vir a ser diferentes dos estimados.

O processo de apuração de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo atende ao disposto na Resolução CMN nº 4.277/2013, que estabelece os elementos mínimos a serem considerados no processo de marcação a mercado.

III - Baixa de instrumentos financeiros

De acordo com a Resolução CMN nº 3.533/2008, os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

c) Operações de arrendamento mercantil e provisão para risco de crédito

Embora a Resolução BCB nº 2/2020 tenha alterado a forma de apresentação das operações de arrendamento mercantil, os procedimentos contábeis de registro permaneceram inalterados. Deste modo, a carteira de arrendamento mercantil é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria MF nº 140/1984, do Ministério da Fazenda, contabilizados de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir:

I – Arrendamentos a Receber e Rendas a Apropriar de Arrendamento Mercantil

Arrendamentos a receber refletem o saldo das contraprestações a receber, atualizadas de acordo com índices e critérios estabelecidos contratualmente.

Rendas a apropriar de arrendamento mercantil representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber e são atualizadas na forma dos arrendamentos a receber, sendo apropriadas ao resultado quando dos vencimentos das parcelas contratuais.

II – Imobilizado de Arrendamento

É registrado pelo custo de aquisição, deduzido das depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo método linear, com os benefícios de redução de 30% na vida útil normal do bem para as operações de arrendamento realizadas com pessoas jurídicas, previstos na legislação vigente. As principais taxas anuais de depreciação utilizadas, base para esta redução, são as seguintes: (i) veículos e afins - 20% a 28,5%; (ii) máquinas e equipamentos e outros bens - 10% a 20%; e (iii) aeronaves – 10% a 20%, sendo que 10% para aviões a jato de carreira, 14,3% para avião a jato executivo e 20% para avião convencional, bimotor, monomotor e multimotor.

III – Valor residual garantido – VRG

O VRG é registrado pelo valor contratual, em contrapartida a conta retificadora de valor residual a balancear. As parcelas de VRG recebidas antecipadamente são registradas na rubrica "Credores por antecipação de valor residual" e apresentadas como retificadora na rubrica "Operações de arrendamento mercantil – Ativo".

IV – Perdas em Arrendamentos

Os prejuízos apurados na venda de bens arrendados, quando efetuados aos próprios arrendatários, são diferidos e amortizados pelo prazo de 70% da vida útil normal dos bens, deduzido o período contratual da operação, sendo demonstrados juntamente com o Imobilizado de Arrendamento.

V – Superveniência (insuficiência) de depreciação

Os registros contábeis da Companhia são mantidos conforme exigências legais, específicas para sociedades de arrendamento mercantil. Os procedimentos adotados e sumariados nos itens "II" a "IV" acima diferem das práticas contábeis adotadas no Brasil, principalmente no que concerne ao regime de apropriação das receitas e despesas relacionadas aos contratos de arrendamento mercantil. Em consequência, de acordo com a Circular BACEN nº 1.429/1989, foi calculado o valor atual das contraprestações em aberto, utilizando-se a taxa interna de retorno de cada contrato, registrando-se o valor do ajuste apurado em receita ou despesa de arrendamento mercantil, em contrapartida às rubricas de superveniência ou insuficiência de depreciação, respectivamente, no imobilizado de arrendamento, com o objetivo de adequar a apropriação das receitas e despesas das operações de arrendamento mercantil às práticas contábeis adotadas no Brasil.

VI – Provisão para risco de crédito

Demonstradas a valor presente com base no indexador e na taxa de juros contratuais, calculadas *pro rata temporis* até a data do balanço. As receitas relativas a operações que apresentam atraso igual ou superior a 60 dias são reconhecidas no resultado somente quando recebidas, independentemente do seu nível de classificação de risco.

As operações renegociadas são mantidas, no mínimo, no mesmo nível em que estavam classificadas. As renegociações que já haviam sido baixadas são classificadas como nível "H" e as eventuais receitas provenientes da renegociação somente são reconhecidas quando efetivamente recebidas. Quando houver amortização significativa da operação ou quando novos fatos relevantes justificarem a mudança do nível de risco, poderá ocorrer a reclassificação da operação para categoria de menor risco.

As operações classificadas como nível "H" são baixadas do Ativo após decorridos seis meses da sua classificação neste nível, passando a ser controladas em contas de compensação pelo prazo mínimo de cinco anos e enquanto não esgotados todos os procedimentos de cobrança.

Os bens recebidos em conexão a processos de consolidação de dívida, referente a operações de arrendamento baixadas do ativo, são classificados como Bens Não de Uso e integralmente provisionados, por conta da alta probabilidade de ocorrência de

perdas relacionadas à sua realização, dado que diversos fatores podem impossibilitar a alienação do bem, tais como restrições judiciais, falta de regularização legal, baixa probabilidade de venda para geração de liquidez a curto prazo pelo seu valor justo, entre outros.

O valor da provisão integral desses Bens Não de Uso é apresentado na despesa de baixa a prejuízo da operação de arrendamento atrelada. Eventual receita é reconhecida somente por ocasião da venda do bem não de uso (regime de caixa).

A provisão para fazer face aos riscos de crédito é constituída mensalmente em conformidade com os níveis mínimos de provisionamento estabelecidos pela Resolução CMN nº 2.682/1999, que requer a classificação das operações em nove níveis de risco, sendo "AA" (risco mínimo) e "H" (risco máximo), e fundamenta-se também na análise quanto ao risco de realização dos créditos, efetuada e revisada periodicamente pela Administração, que leva em conta, entre outros elementos, a experiência histórica com os tomadores de recursos, a conjuntura econômica e os riscos globais e específicos das carteiras.

Além disso, a Safra Leasing considera não somente os níveis mínimos de provisionamento acima, constituindo também uma provisão para risco de crédito adicional, calculada através de uma detalhada análise quanto ao risco de realização dos créditos, suportada por metodologia interna de classificação de risco periodicamente reavaliada e aprovada pela Administração.

d) Investimentos

Os investimentos em empresas coligadas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial.

e) Redução ao valor recuperável – Ativos não financeiros

A Resolução CMN nº 3.566/2008 dispõe sobre procedimentos aplicáveis no reconhecimento, mensuração e divulgação de perdas no valor recuperável de ativos, e determina o atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 01 – Redução ao Valor Recuperável de Ativos.

A redução ao valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda quando o valor de um ativo ou de uma unidade geradora de caixa registrado contabilmente for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa, substancialmente independentes de outros ativos ou grupos de ativos. As perdas por *impairment*, quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Os valores dos ativos não financeiros são objeto de revisão periódica, no mínimo anual, para determinar se existe alguma indicação de perda no valor recuperável ou de realização destes ativos.

Desta forma, em atendimento aos normativos relacionados, a Administração não tem conhecimento de quaisquer ajustes relevantes que possam afetar a capacidade de recuperação dos ativos não financeiros em 31.12.2020 e 31.12.2019.

f) Provisões, ativos e passivos contingentes e obrigações legais (fiscais e previdenciárias)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das provisões dos ativos e passivos contingentes e das obrigações legais são efetuados de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, aprovados pela Resolução CMN nº 3.823/2009 e Carta Circular BACEN nº 3.429/2010, da seguinte forma:

I – Ativos Contingentes: são possíveis ativos que resultam de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos e não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido nas demonstrações contábeis, e sim divulgado caso a realização do ganho seja provável. Porém, quando existem evidências de que a realização do ganho é praticamente certa, o ativo deixa de ser contingente e passa a ser reconhecido.

II – Provisões e passivos contingentes: uma obrigação presente (legal ou não formalizada) resultante de evento passado, na qual seja provável uma saída de recursos para sua liquidação e que seja mensurada com confiabilidade, deve ser reconhecida pela entidade como uma provisão. Caso a saída de recursos para liquidar a obrigação presente não seja provável ou não possa ser confiavelmente mensurada, ela não se caracteriza como uma provisão, mas sim como um passivo contingente, não devendo ser reconhecida mas divulgada, a menos que a saída de recursos para liquidar a obrigação seja remota.

Também se caracteriza como passivo contingente as possíveis obrigações resultantes de eventos passados e cuja existência seja confirmada apenas pela ocorrência de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sobre controle da entidade. Essas obrigações possíveis também devem ser divulgadas.

As obrigações são avaliadas pela Administração, com base nas melhores estimativas e levando em consideração o parecer dos assessores jurídicos, que reconhece uma provisão quando a probabilidade de perda é considerada provável; e divulga sem reconhecer provisão quando a probabilidade de perda é considerada possível. As obrigações cuja probabilidade de perda é considerada remota não requerem provisão ou divulgação.

III – Obrigações legais (fiscais e previdenciárias): referem-se a demandas judiciais pelas quais sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos e contribuições. O montante discutido é quantificado, integralmente provisionado e atualizado mensalmente, independentemente da probabilidade de saída de recursos, uma vez que a certeza de não desembolso depende exclusivamente do reconhecimento da inconstitucionalidade da lei em vigor.

Os depósitos judiciais não vinculados às provisões para contingências e às obrigações legais são atualizados mensalmente.

g) Benefícios a empregados

Reconhecidos e evidenciados conforme dispõe o CPC 33(R1) – Benefícios a empregados, recepcionado através da Resolução CMN nº 4.424/2015, categorizados como benefícios de curto e longo prazo, além de benefícios rescisórios. A Safra Leasing não possui benefícios a empregados de curto e longo prazo e benefícios rescisórios, além daqueles estabelecidos pelo sindicato da categoria.

h) Tributos

Calculados às alíquotas abaixo demonstradas, consideram, para efeito das respectivas bases de cálculo, a legislação vigente pertinente a cada encargo.

Imposto de Renda	15,00%
Adicional de Imposto de Renda	10,00%
Contribuição Social	15,00%
PIS	0,65%
COFINS	4,00%
ISS	até 5,00%

Os tributos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto quando se refere a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

Os tributos diferidos, representados pelos créditos tributários e pelas obrigações fiscais diferidas, são calculados sobre as diferenças temporárias entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis das demonstrações contábeis.

Os créditos tributários de diferenças temporárias decorrem principalmente da avaliação ao valor justo de certos ativos e passivos financeiros, incluindo contratos de derivativos, provisões para contingências fiscais, cíveis e trabalhistas, e provisões para risco de crédito, e são reconhecidos apenas quando todos os requisitos para sua constituição, estabelecidos pela Resolução CMN nº 3.059/2002, vigente até a data de 31.12.2020, são atendidos.

Os tributos relacionados com ajustes ao valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos em contrapartida com o respectivo ajuste no patrimônio líquido e subsequentemente são reconhecidos no resultado pela realização dos ganhos e perdas dos respectivos ativos financeiros.

i) Lucro por ação

O lucro por ação básico é calculado dividindo o lucro líquido atribuível aos acionistas da Safra Leasing pela média ponderada das ações em circulação durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Safra Leasing e mantidas em tesouraria. O lucro por ação diluído não difere do lucro por ação básico, pois não há ações com potencial efeito diluidor.

j) Uso de estimativas contábeis

A preparação das demonstrações contábeis exige que a Administração efetue certas estimativas e adote premissas, no melhor de seu julgamento, que afetam os montantes de certos ativos e passivos, financeiros ou não, receitas e despesas e outras transações, tais como: (i) o valor justo de determinados ativos financeiros e instrumentos financeiros derivativos; (ii) as taxas de depreciação dos itens do ativo imobilizado; (iii) provisões necessárias para absorver eventuais riscos decorrentes dos passivos contingentes; (iv) créditos tributários e (v) provisão para perdas com operações de arrendamento mercantil de liquidação duvidosa. Os valores de eventual liquidação destes ativos e passivos, financeiros ou não, podem vir a ser diferente dos valores apresentados com base nessas estimativas.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2020	31.12.2019
Disponibilidades – Nota 12(b)	8.511	8.820
Fundo de investimento exclusivo – Nota 5(a)	157.681	4.795.042
Total	166.192	4.803.862

5. ATIVOS FINANCEIROS

a) Composição da carteira

	31.12.2020			31.12.2019	
	Custo Amortizado	Ajuste ao Valor Justo	Valor Justo	Valores por prazos de vencimento Até 90 dias	Valor Justo
Títulos para negociação – Fundo de investimento exclusivo ⁽²⁾	157.681	-	157.681	157.681	4.795.042
Instrumentos financeiros derivativos – Swap valor a receber ⁽¹⁾	-	-	-	-	100
Total do Ativo em 31.12.2020	157.681	-	157.681	157.681	4.795.142
Total do Ativo em 31.12.2019	4.795.141	1	4.795.142	4.795.142	
Títulos para negociação – Cotas de fundos de investimento ⁽²⁾	4.795.042	-	4.795.042	4.795.042	
Instrumentos financeiros derivativos – Swap valor a receber ⁽¹⁾	99	1	100	100	
Total do Passivo em 31.12.2019 - Instrumentos financeiros derivativos – Swap valor a pagar ⁽¹⁾	(1.861)	(9)	(1.870)	(1.870)	

⁽¹⁾ Nota 12(b). ⁽²⁾ Refere-se a cotas de fundo de investimento exclusivo administrado pelas empresas do Grupo Safra – Notas 4 e 12(b), cuja carteira proporcional está assim distribuída:

Títulos para negociação	31.12.2020	31.12.2019
Letras do Tesouro Nacional	-	302.955
Letras Financeiras do Tesouro	157.654	3.016.262
Certificado de depósito bancário	-	1.258.310
Operações Compromissadas – Títulos Públicos	-	217.896
Outros	27	(381)
Total – Nota 4	157.681	4.795.042

Em 31.12.2020, a Safra Leasing não detinha operações de instrumentos financeiros derivativos. Em 31.12.2019, o valor referencial das operações de Swap – Taxa de juros negociadas na CETIP montam R\$ 11.359 e tem vencimento até 90 dias.

b) Resultado com operações

O resultado com ativos financeiros totaliza R\$ 3.156 no segundo semestre, R\$ 47.939 (R\$ 1.004.034 em 2019), sendo R\$ 47.939 (R\$ 394.470 em 2019) referente a títulos e valores mobiliários e aplicações interfinanceiras de liquidez no montante de R\$ 609.561 em 2019 – Nota 12(b).

c) Valor justo

I – Classificação por nível de ativos e (passivos) financeiros ao valor justo

	31.12.2020 ⁽¹⁾		
	Nível 1	Nível 2	Total
Títulos e valores imobiliários – Carteira de Títulos – Nota 5(a)	157.654	27	157.681
Fundos de investimentos exclusivos	157.654	27	157.681

⁽¹⁾ Não havia operações classificadas no nível 3.

6. OPERAÇÕES DE ARRENDAMENTO MERCANTIL – NOTA 3 (c)

a) Composição da carteira de arrendamento a valor presente

	31.12.2020	31.12.2019
Operações de arrendamento mercantil	13.927	7.837
Arrendamento a receber	567.956	561.301
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(554.029)	(553.464)
Valores residuais a realizar	638.356	722.997
Valores residuais a balancear	(638.356)	(722.997)
Imobilizado de arrendamento	1.383.073	1.463.592
Bens arrendados	2.092.784	2.287.270
Veículos e afins	812.426	876.279
Máquinas e equipamentos	829.901	1.012.482
Aeronaves	401.169	359.195
Perdas em arrendamentos a amortizar	45.305	30.852
Outros	3.983	8.462
Total de depreciação acumulada de bens arrendados	(709.711)	(823.678)
Depreciação acumulada de bens arrendados	(1.205.847)	(1.320.573)
Superveniência de depreciação	496.136	496.895
Credores por antecipação de valor residual – VRG	(427.479)	(449.505)
Total – Nota 2(a)	969.521	1.021.924

b) Distribuição da carteira de crédito por nível de risco e provisão

	31.12.2020									31.12.2019	
Níveis de risco	AA	A	B	C	D	E	F	G	H	Total	Total
Arrendamento Mercantil	797.788	119.989	35.042	12.270	-	44	1	4	1.426	966.564	1.011.530
Finame Arrendamento	2.957	-	-	-	-	-	-	-	-	2.957	10.394
Total da carteira em 31.12.2020	800.745	119.989	35.042	12.270	-	44	1	4	1.426	969.521	1.021.924
Provisão Mínima Requerida	(63)	(822)	(412)	(712)	-	(13)	-	(3)	(1.426)	(3.451)	(6.169)
Provisão Adicional	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.864)
Total provisão em 31.12.2020	(63)	(822)	(412)	(712)	-	(13)	-	(3)	(1.426)	(3.451)	(14.033)
Total da carteira em 31.12.2019	881.917	68.144	44.323	19.629	105	33	6.898	31	844	1.021.924	
Provisão Mínima Requerida	(39)	(363)	(513)	(918)	(11)	(10)	(3.449)	(22)	(844)	(6.169)	
Provisão Adicional	(4.281)	(311)	(813)	(1.043)	(21)	(7)	(1.379)	(9)	-	(7.864)	
Total provisão em 31.12.2019	(4.320)	(674)	(1.326)	(1.961)	(32)	(17)	(4.828)	(31)	(844)	(14.033)	

c) Provisão para risco de crédito

	Saldo no início do período	(Constituição) / Reversão	Baixas a Prejuízo	Saldo no final do período
Provisão Mínima Requerida – Resolução CMN nº 2.682/1999	(6.169)	2.456	262	(3.451)
Provisão Adicional	(7.864)	7.864	-	-
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2020	(14.033)	10.320	262	(3.451)
Total da provisão para risco de crédito em 31.12.2019	(16.882)	(1.641)	4.490	(14.033)
Provisão Mínima Requerida – Resolução CMN nº 2.682/1999	(9.888)	(771)	4.490	(6.169)
Provisão Adicional	(6.994)	(870)	-	(7.864)

d) Recuperação de arrendamento mercantil

As recuperações de arrendamento mercantil no período foram de R\$ 647 no segundo semestre, R\$ 1.511 (R\$ 9.024 em 2019).

e) Distribuição da carteira por prazo de vencimento das operações

	31.12.2020	31.12.2019
CURSO ANORMAL ⁽¹⁾	1.169	4.336
Operações Vencidas:		
De 15 a 30 dias	305	3.311
De 31 a 60 dias	-	475
De 61 a 90 dias	-	105
De 91 a 180 dias	49	93
De 181 a 365 dias	815	352
CURSO NORMAL ⁽²⁾	968.352	1.017.588
Parcelas Vencidas – Vencidos até 14 dias	376	999
Parcelas Vincendas:		
De 01 a 30 dias	33.217	36.253
De 31 a 60 dias	35.006	40.126
De 61 a 90 dias	31.817	36.548
De 91 a 180 dias	92.141	111.765
De 181 a 365 dias	186.404	198.008
Acima de 365 dias	589.391	593.889
Total	969.521	1.021.924

⁽¹⁾ Curso Anormal – Operações vencidas há mais de 14 dias. ⁽²⁾ Curso Normal – Operações sem atraso e/ou com parcelas vencidas até 14 dias.

O saldo das operações vencidas há mais de 60 dias, não atualizadas (*Non Accrued*), montam em R\$ 864 (R\$ 550 em 31.12.2019).

f) Distribuição da carteira por ramo de atividade

	31.12.2020	31.12.2019
Setor Privado:		
Outros Serviços	661.075	660.164
Comércio	213.639	250.607
Indústria	67.923	75.490
Pessoas Físicas	27	1.638
Rural	13.259	16.165
Habitação	13.598	17.860
Total	969.521	1.021.924

7. PASSIVOS FINANCEIROS

	31.12.2020			31.12.2019	
	Até 90 dias	De 91 a 365 dias	Acima de 365 dias	Total	Total
Recursos captados - Recursos de aceites e emissões de títulos ⁽¹⁾ – Nota 12(b)	277.036	236.376	104.127	617.539	5.170.400
Letras de arrendamento mercantil	277.036	236.376	104.127	617.539	5.165.181
Debêntures	-	-	-	-	5.219
Obrigações por repasses no país – Finame	1.474	2.016	-	3.490	11.363
Total em 31.12.2020 ⁽²⁾	278.510	238.392	104.127	621.029	5.181.763
Total em 31.12.2019 ⁽²⁾	2.137.960	2.141.509	902.294	5.181.763	

⁽¹⁾ Operações indexadas, basicamente, a taxa de CDI e PRÉ. ⁽²⁾ Os resultados com passivos financeiros totalizam R\$ (17.861) no segundo semestre, (R\$ 78.804) (R\$ (1.019.011) em 2019) e estão representados substancialmente por recursos de aceites e emissão de títulos no montante de R\$ (72.689) (R\$ (1.008.633) em 2019), sendo R\$ (5.960) no segundo semestre, R\$ (10.240) (R\$ (25.974) em 2019) com partes relacionadas – Nota 12(b).

8. OUTRAS CONTAS PATRIMONIAIS E DE RESULTADO

a) Ativos e passivos fiscais e contingentes

	31.12.2020	31.12.2019
Ativos fiscais e contingentes⁽²⁾	212.464	52.602
Contingentes – Devedores por depósito em garantia de contingências ⁽¹⁾	150.979	13.952
Fiscais e previdenciárias e obrigações legais	147.055	8.496
Cíveis e trabalhistas	3.924	5.456
Fiscais	61.485	38.650
Correntes – Impostos e contribuições a compensar	10.969	10.174
Diferidos – Créditos tributários – Nota 10(b-I(1))	50.516	28.476
Passivos fiscais e provisão para contingências⁽²⁾	247.414	207.380
Provisão para contingências – Nota 9(b)	120.456	69.700
Fiscais	126.958	137.680
Correntes	2.612	11.970
Impostos e contribuições sobre o lucro a pagar	1.955	11.208
Impostos e contribuições a recolher	657	762
Diferidos – Obrigações fiscais – Nota 10(b-I(2))	124.346	125.710

⁽¹⁾ As parcelas vinculadas a contingências fiscais e previdenciárias e obrigações legais provisionadas estão relacionadas na Nota 9(b). ⁽²⁾ Os ativos e passivos fiscais correntes estão classificados no Ativo e Passivo Circulante e as operações de devedores por depósito em garantia de contingências e ativos e passivos fiscais diferidos estão classificados no Ativo e Passivo Não Circulante.

b) Despesas de pessoal

	2020		2019
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Remuneração e participação nos resultados	(1.064)	(1.752)	(1.684)
Benefícios	(44)	(97)	(140)
Encargos sociais	(199)	(368)	(421)
Desligamentos	(67)	(66)	(1.038)
Total	(1.374)	(2.283)	(3.283)

c) Despesas administrativas

Representadas substancialmente por Serviços do Sistema Financeiro e de Terceiros no montante de R\$ (478) no segundo semestre, R\$ (1.633) (R\$ (1.627) em 2019), Instalações e aluguéis no montante de R\$ (281) no segundo semestre, R\$ (562) (R\$ (557) em 2019) e Doações no montante de R\$ (900) em 2020.

9. ATIVOS E PASSIVOS CONTINGENTES

a) Ativos Contingentes

Não há ativos contingentes a serem divulgados.

b) Passivos Contingentes: As provisões constituídas e as respectivas movimentações estão assim demonstradas:

	01.01 a 31.12.2020				01.01 a 31.12.2019
	Cíveis	Trabalhistas	Fiscais e Previdenciárias ⁽³⁾	Total	Total
Saldo no início do período	19.265	535	49.900	69.700	42.839
Atualização / Encargos ⁽¹⁾	5.740	24	245	6.009	1.676
Movimentação do período Refletida no Resultado ⁽²⁾	3.138	449	47.103	50.690	42.717
Constituição / (Reversão)	3.399	449	47.367	51.215	50.912
Reversão por êxito	(261)	-	(264)	(525)	(8.195)
Pagamento	(4.639)	(832)	(472)	(5.943)	(17.532)
Saldo no final do período ⁽⁴⁾	23.504	176	96.776	120.456	69.700
Depósitos em Garantia de Recursos – 31.12.2020	3.868	56	93.042	96.966	
Depósitos em Garantia de Recursos – 31.12.2019	5.374	82	109	5.565	

⁽¹⁾ Registrado em "Outras despesas financeiras". ⁽²⁾ Registradas em "Outras receitas/(despesas) operacionais". Em 2020, a movimentação refere-se à constituição de provisão não recorrente no montante de R\$ 80.604 – Nota 2(a), relativa a ISS sobre operações. ⁽³⁾ O saldo das contingências fiscais e previdenciárias está representado substancialmente por contingência de ISS, na qual se discute o local da prestação do serviço de leasing no montante de R\$ 92.914 (R\$ 31.722 em 31.12.2019) a processos onde se discutem origens dos impostos compensados de R\$ 3.602 (R\$ 12.200 em 31.12.2019). ⁽⁴⁾ Deste montante, R\$ 4.693 (R\$ 5.642 em 31.12.2019) está classificado no Circulante e R\$ 115.763 (R\$ 64.058 em 31.12.2019) no Não Circulante.

O valor dos passivos contingentes classificado como perda possível relativo a ações cíveis, não reconhecidos, é de R\$ 791 (R\$ 1.372 em 31.12.2019). Não há passivos contingentes trabalhistas e fiscais classificados como perda possível.

10. TRIBUTOS

a) Composição das Despesas com Impostos e Contribuições

I – Conciliação das despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social

	2020		2019
	2º Semestre	Acumulado	Acumulado
Resultado antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	(55.537)	1.408	42.388
Encargos (Imposto de Renda e Contribuição Social) às alíquotas vigentes – Nota 3(h)	22.214	(563)	(16.955)
(Inclusões) Exclusões Permanentes	(389)	5.521	6.407
Juros sobre capital próprio	-	-	9.121
Despesas indedutíveis líquidas de receitas não tributáveis	2.745	2.745	(2.815)
Crédito tributário não reconhecido e outros	(3.134)	2.776	101
Imposto de Renda e Contribuição Social do período	21.826	4.958	(10.548)

II – Despesas tributárias das operações

Representadas por ISS no montante de R\$ (2.646) no segundo semestre, R\$ (5.499) (R\$ (5.863) em 2019) e PIS/COFINS no montante de R\$ (1.247) no segundo semestre, R\$ (2.685) (R\$ (4.372) em 2019).

b) Ativos e passivos fiscais – Nota 8(a)

I – Movimentação e realização dos ativos e passivos fiscais diferidos

(1) Ativos fiscais diferidos - Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Provisões para contingências – Nota 9(b)	25.136	23.046	48.182
Provisão de risco de crédito	3.325	(1.088)	2.237
Outros	15	81	97
Total em 31.12.2020	28.476	22.039	50.516
Total em 31.12.2019	22.812	5.664	28.476

(2) Passivos fiscais diferidos

	Saldo no início do período	Constituição/ (Reversão)	Saldo no final do período
Superveniência de depreciação	124.224	(190)	124.034
Outras	1.486	(1.174)	312
Total em 31.12.2020	125.710	(1.364)	124.346
Total em 31.12.2019	150.575	(24.865)	125.710

II – Previsão de realização dos tributos diferidos sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social e impostos diferidos sobre superveniência

Exercício de realização	Crédito Tributário sobre Diferenças Temporárias – Nota 10 (b-I(1))	Provisão para Impostos e Contribuições Diferidos – Nota 10 (b-I(2))	Tributos Diferidos Líquidos
2021	2.041	(62.564)	(60.523)
2022	2.703	(31.589)	(28.886)
2023	2.705	(17.368)	(14.663)
2024	2.021	(8.363)	(6.342)
2025	40.631	(2.646)	37.985
2026 a 2030	415	(1.816)	(1.401)
Total	50.516	(124.346)	(73.830)
Valor Presente⁽¹⁾	42.358	(117.652)	(75.294)

⁽¹⁾ Para o ajuste a valor presente, foi utilizada a taxa de CDI projetada para os períodos futuros, líquida dos efeitos fiscais.

O estudo técnico de realização dos tributos diferidos, elaborado nos termos do art. 6º da Resolução CMN nº 3.059/2002, é reavaliado semestralmente.

11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Ações

O capital social da Safra Leasing está representado por 143.790.014 (143.790.014 em 31.12.2019) ações ordinárias, nominativas, sem valor nominal.

Participação acionária integral do Banco Safra S.A.

b) Dividendos

Os acionistas têm direito ao dividendo mínimo obrigatório anual estabelecido no estatuto social equivalente a 0,1% sobre o valor do lucro líquido correspondente as ações. Em 31.12.2020, foram provisionados dividendos mínimo obrigatório no montante de R\$ 6 – Nota 12(b).

c) Reservas de lucros

	31.12.2020	31.12.2019
Reservas de lucros	93.865	87.505
Legal	76.841	76.841
Especial ⁽¹⁾	17.024	10.664

⁽¹⁾ Referida reserva foi constituída objetivando possibilitar a formação de recursos para futuras incorporações desses recursos ao capital social, pagamento de dividendos intermediários, manutenção de margem operacional compatível com desenvolvimento das operações da Companhia e/ou expansão de suas atividades.

12. OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Remuneração da administração

Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 11.05.2020, foi estabelecida a remuneração máxima total anual para a Administração no montante de R\$ 2.000 (R\$ 2.000 em 2019), vigente até a data-base, tendo sido pago no período o montante R\$ (546) no segundo semestre, de R\$ (944) (R\$ (950) em 2019).

b) Transações com partes relacionadas

As operações realizadas entre partes relacionadas são divulgadas em atendimento à Resolução CMN nº 4.636/2018. Essas operações são efetuadas a valores, prazos e taxas médias usuais de mercado, vigentes nas respectivas datas.

	Ativo/(Passivo)		Receitas/(Despesas)		
	31.12.2020	31.12.2019	2020		2019
			2º Semestre	Acumulado	
Disponibilidades – Nota 4 ⁽¹⁾	8.511	8.820	-	-	-
Aplicações interfinanceiras de liquidez - Aplicação em depósitos interfinanceiros – Nota 5(b)	-	-	-	-	609.561
Banco J. Safra S.A.	-	-	-	-	316.803
Banco Safra S.A.	-	-	-	-	292.758
Valores a receber/(a pagar) ⁽¹⁾	956	(1.080)	(316)	(1.066)	(2.350)
Recursos captados - Recursos de aceites e emissão de títulos – Nota 7	(162)	(136.434)	(5.960)	(10.240)	(25.974)
Debêntures	-	(5.219)	(23)	(115)	(14.659)
Banco Safra S.A.	-	(5.219)	(23)	(115)	(14.586)
Demais empresas	-	-	-	-	(73)
Letras de arrendamento mercantil ⁽²⁾	(162)	(131.215)	(5.937)	(10.125)	(11.315)
Instrumentos financeiros derivativos - Ativo e (Passivo) - Swap - Nota 5(a) ⁽¹⁾	-	(1.770)	-	-	(938)
Outros passivos - Sociais e estatutárias - Dividendos a Pagar ⁽¹⁾	(6)	-	-	-	-
Despesas administrativas - Aluguéis	-	-	(253)	(506)	(506)
Severa Incorporações Imobiliárias S.A.	-	-	(183)	(366)	(366)
Demais empresas	-	-	(70)	(140)	(140)

⁽¹⁾ Refere-se a transações integralmente relacionadas ao Banco Safra S.A. (controlador). ⁽²⁾ Refere-se a transações com instituições filantrópicas.

Adicionalmente, a Companhia investe em cotas de fundos de investimento exclusivos, administrados pelas empresas do Grupo Safra, conforme composição contida na Nota 5(a).

13. OUTRAS INFORMAÇÕES

a) Gestão de riscos

A Safra Leasing através de seu controlador Banco Safra realiza a gestão de riscos por meio da metodologia de três linhas de defesa e mantém um conjunto de procedimentos, alinhados as melhores práticas do mercado, que garantem o cumprimento das determinações legais, regulamentares, e de suas políticas internas.

No site do Banco Safra (www.safra.com.br) e também no portal de dados abertos do BACEN, estão disponíveis as informações do Relatório de Pilar 3, com informações referentes à gestão de riscos e gestão de capital, estabelecidas pela Circular Bacen nº 3.930/2019 e nº 3.936/2019.

b) Comitê de auditoria

Conforme previsto na Resolução CMN nº. 3.198/2004, o resumo do Relatório do Comitê de Auditoria, compreendendo a Safra Leasing S.A. Arrendamento Mercantil foi divulgado em conjunto com as demonstrações contábeis da Companhia líder do Conglomerado, o Banco Safra S.A., e encontram-se disponíveis no site (www.safra.com.br).

c) Impactos do Covid-19 nas Demonstrações Contábeis

Até a data da divulgação dessas demonstrações contábeis, a Safra Leasing não identificou impactos relevantes em função da pandemia da Covid-19.

Face ao tamanho do desafio que a pandemia da Covid-19 impõe a todos, ainda não é possível estimar quando a crise irá terminar e quais seus desdobramentos. Ainda que tenha surgido duas vacinas disponíveis no Brasil (Oxford e Coronavac), até o exercício findo de 31.12.2020 não havia um plano de vacinação estipulado e suas aprovações ainda constavam pendentes na ANVISA. Na data de divulgação dessas demonstrações contábeis, o plano de vacinação do Governo Federal e Estados priorizavam os profissionais da saúde e população de risco, sem que haja uma previsão clara de diminuição significativa dos níveis de contágio. Sendo assim, o Safra não tem como prever a duração das restrições impostas, dado o cenário citado.

Diante disso, entendemos que não há condições de, neste momento, mensurar os impactos da pandemia no volume de atividade futura de nossos negócios, em decorrência da diminuição da atividade econômica.

d) Majoração da alíquota da contribuição social sobre o lucro líquido – Medida provisória nº 1.034/2021

Em 01.03.2021, foi publicada a Medida Provisória nº 1.034, que altera a alíquota de CSLL para bancos de 20% para 25% e para Sociedades de Arrendamento Mercantil, Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários de 15% para 20% até 31.12.2021. Esta Medida Provisória passa a vigorar em 01.07.2021, com efeitos no resultado do segundo semestre de 2021. Não há impactos na data-base destas demonstrações contábeis.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Administradores e Acionistas da
Safrá Leasing S.A. Arrendamento Mercantil

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Safrá Leasing S.A. Arrendamento Mercantil ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nesta data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Safrá Leasing S.A. Arrendamento Mercantil em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Valores correspondentes ao exercício anterior

Conforme mencionado na nota explicativa nº 2 a) às demonstrações contábeis, os valores correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentado para fins comparativos no balanço patrimonial, estão sendo reapresentados devido às alterações sobre os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, trazidas pela Resolução nº 4.720 de 30 de maio de 2019, com alterações posteriores pela Resolução nº 4.818 de 29 de maio de 2020, e pela Circular nº 3.959 de 4 de setembro de 2019, revogada posteriormente pela Resolução BCB nº 2 de 12 de agosto de 2020, emitidas pelo BACEN, no que se refere à apresentação do ajuste ao valor presente da carteira de arrendamento mercantil, a qual era objeto de ressalvas nos relatórios dos auditores independentes.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

A Deloitte refere-se a uma ou mais entidades da Deloitte Touche Tohmatsu Limited, uma sociedade privada, de responsabilidade limitada, estabelecida no Reino Unido ("DTTL"), sua rede de firmas-membro, e entidades a ela relacionadas. A DTTL e cada uma de suas firmas-membro são entidades legalmente separadas e independentes. A DTTL (também chamada "Deloitte Global") não presta serviços a clientes. Consulte www.deloitte.com/about para obter uma descrição mais detalhada da DTTL e suas firmas-membro.

A Deloitte oferece serviços de auditoria, consultoria, assessoria financeira, gestão de riscos e consultoria tributária para clientes públicos e privados dos mais diversos setores. A Deloitte atende quatro de cada cinco organizações listadas pela Fortune Global 500®, por meio de uma rede globalmente conectada de firmas-membro em mais de 150 países, trazendo capacidades de classe global, visões e serviços de alta qualidade para abordar os mais complexos desafios de negócios dos clientes. Para saber mais sobre como os cerca de 286.200 profissionais da Deloitte impactam positivamente nossos clientes, conecte-se a nós pelo Facebook, LinkedIn e Twitter.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

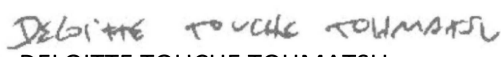
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 10 de março de 2021


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8


Luiz Carlos Oseliero Filho
Contador
CRC nº 1 SP 234751/O-6



Safran